

O MST, sua comunicação e universidade: um estudo do *site* da entidade e parceria entre o movimento e a UFJF

*The MST, its communication and university: a study of the MST site and the
movement partnership with the UFJF*

Cláudia Regina Lahni¹

Fernanda Coelho²

Maria Fernanda de França Pereira³

Resumo: Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre os movimentos sociais e sua relação com os meios de comunicação e a universidade, tendo como foco o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Primeiramente é feito um breve histórico sobre as lutas pela terra no Brasil até chegar à formação do MST. Em seguida é descrito como o movimento está organizado e atuando em suas lutas. Os principais objetivos da luta dos sem-terra são apontadas. A segunda parte do presente artigo se destina a pensar na comunicação massiva e como ela representa os movimentos sociais. Em contraponto é analisado um veículo de comunicação do MST: o *site*. No final do artigo são levantadas questões do dever das universidades com a sociedade e de como isso deveria ocorrer. Como experiência desse compromisso da universidade, é relatada o trabalho da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Palavras-chave: comunicação; identidade; movimentos sociais; MST; universidade.

Introdução

Este trabalho tem por finalidade fazer uma reflexão sobre os movimentos sociais e sua relação com os meios de comunicação e a universidade, tendo como foco o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com o olhar de comunicólogas, pretendemos nos debruçar sobre a reflexão da relação entre o MST e a mídia e entre o movimento e a Universidade. Inicialmente, relatamos o problema da questão agrária no Brasil, que está atrelada a história do nosso país desde o descobrimento até a contemporaneidade, destacando o governo de Getúlio Vargas, João Goulart, a ditadura militar, a era FHC e o governo Lula.

¹ Jornalista formada pela PUC-Campinas, mestre e doutora em Comunicação pela ECA-USP, professora da graduação e mestrado da Facom-UFJF.

² Graduanda do curso de Comunicação Social Facom-UFJF. Bolsista PIBIC-CNPQ.

³ Aluna do curso de Comunicação Social Facom-UFJF. Bolsista BIC-UFJF.

Através dessa breve linha cronológica, adentramos a história da formação do MST, sua organização e suas formas de mobilizações. Discutimos a ideologia do movimento e seus fundamentos, assim como seu comprometimento com outras lutas sociais. O MST é um movimento orgânico que atua, além da luta por igualdade social e reforma agrária, na luta junto ao movimento feminista e ecológico.

Depois, contrapomos a representação do movimento nos meios de comunicação de massa com a identidade do MST, construída através de seus veículos. Focamos nossa análise no site, apenas como mais um possível recorte, mas acreditamos que a resistência também está em outros meios de comunicação, como, por exemplo, os jornais e a revista. Além disso, suas manifestações como ocupações e marchas consistem em estratégias para agendar os meios de comunicação e, ao mesmo tempo, podem ser consideradas formas de comunicação e de luta pelos seus ideais.

Ao fim do artigo, expomos o pensamento de Leonardo Boff sobre a missão da Universidade com a sociedade e os movimentos sociais. Como experiência desse compromisso da Universidade, é relatada o trabalho da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O MST: sua história e organização

A história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está atrelada com a história do Brasil; desde 1500, a concentração fundiária marca toda trajetória do país. Basta lembrarmos da exploração de matéria prima durante o período colonial para o mercado externo, nos ciclos agrícolas da cana-de-açúcar e do café e nas lutas de resistências como Quilombos, Canudos e as Ligas Camponesas.

De fato, o Brasil perdeu várias oportunidades históricas de efetuar a reforma agrária. A primeira oportunidade foi após a abolição da escravidão, assim como ocorreu nos Estados Unidos, em 1862. A segunda chance foi com a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas promoveu a primeira industrialização. Quando se industrializaram países como o Japão, por exemplo, para desenvolver o mercado interno e aumentar o poder de consumo, fizeram a reforma agrária. Mas a política de Vargas ignorou a reforma agrária e piorou ainda mais a situação dos camponeses. Segundo Sanches e Silva (2006, p.13), “a partir de 1930, com Getúlio Vargas no poder, implanta-se um novo modelo econômico, de industrialização, que, ao mesmo tempo que proporciona o desenvolvimento do país, também acelera o processo de concentração de renda, de riqueza e fundiária”.

Em 1961, quando Jango assume após a renúncia de Jânio Quadros, a realidade da reforma agrária fica mais próxima com a implementação da reforma de base. Porém, o Golpe Militar, em 1964, acaba com qualquer esperança, e as lutas populares sofreram violenta repressão. Em 64 mesmo, Castelo Branco decretou a 1ª Lei de Reforma

Agrária no país: o Estatuto da Terra. Esse projeto se configurou como uma estratégia do governo militar com a burguesia para controlar a questão agrária, através da violência e da instauração de um modelo econômico que visava acelerar a modernização da agricultura, com base na grande propriedade privada. Com essa política agrária, a ditadura privilegiou as grandes empresas nacionais e estrangeiras e gerou desemprego e migração camponesa para a cidade. O Estatuto da Terra jamais foi implantado e atuou para desarticular as lutas por terra. De 1965 a 1981 houve apenas oito desapropriação, em média, por ano.

A luta por terra continuou e, em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) pela ala progressista da Igreja Católica, que ajudou a organizar as primeiras ocupações de terra e influenciou a mística do MST com a Teologia da Libertação, através de uma releitura das Sagradas Escrituras, sob a perspectiva do oprimido e condenando o capitalismo. Com as lutas pela reabertura política, em 1984, ocorre o 1º Encontro do MST, em Cascável, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade de ocupação como ferramenta legítima dos trabalhadores rurais. Começou-se a pensar nos objetivos e linha política do movimento.

No ano de 85, aconteceu em Curitiba o 1º Congresso Nacional do MST, cuja palavra de ordem era “Ocupação é a única solução”. Durante o governo Sarney, os ruralistas se organizaram e criaram a UDR, União Democrata dos Ruralistas, que atua com três frentes: “o braço armado (violência no campo), a bancada ruralista no parlamento e a mídia como aliada” (www.mst.org). Na Constituição de 1988, os ruralistas conseguiram impôr emendas conservadoras. Contudo, os movimentos sociais tiveram uma importante vitória com os artigos 184 e 186, que atribuem à terra função social e que, quando violada, a terra seja desapropriada para reforma agrária. Durante presidência de José Sarney, foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária, cuja idéia central era a aplicação do Estatuto da Terra, porém mais uma vez o projeto não saiu do papel.

A eleição de Fernando Collor, em 1989, foi um retrocesso na luta pela terra, já que ele era declaradamente contrário à Reforma Agrária e tinha como aliada a bancada ruralista. Repressão, despejos e várias prisões de sem-terras aconteceram nessa época.

Em 1990, realizou-se o 2º Congresso Nacional do MST, em Brasília (a partir dessa data todos os congressos nacionais se realizaram nessa cidade), cuja palavra de ordem era “Ocupar, resistir, produzir”.

O governo neoliberal do Fernando Henrique Cardoso (FHC) priorizou a agro-exportação, visando a atender interesses do mercado internacional e pagar a dívida externa. Mais uma vez a reforma é posta de lado. No ano de 1995, o MST discutiu no 3º Congresso Nacional a necessidade do movimento se conscientizar que a luta no campo também deve se estender à cidade. A palavra de ordem foi “Reforma Agrária, uma luta de todos”.

Durante o governo FHC, ocorreram dois massacres contra os sem-terra que marcaram a história do movimento. O primeiro foi em

julho de 1995, no município de Corumbiará, dois policiais e nove sem-terras morreram no conflito. Em abril de 1996, ocorreu outro massacre, em Eldorado dos Carajás, com 19 sem-terras mortos, 69 feridos e sete desaparecidos. Em 1997, um ano após o Massacre do Eldorado dos Carajás, o MST organizou a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Em 2001, foi realizado o 4º Congresso Nacional do MST, onde foi deferida a palavra de ordem “Por um Brasil sem latifúndio”.

Com os oito anos de governo FHC, o país sofreu com o modelo econômico neoliberal, que acentuou a pobreza, a desigualdade, o êxodo rural e a falta de trabalho e terra.

No governo de Luis Inácio Lula da Silva a tão esperada reforma agrária não ocorreu. E as mudanças na estruturas fundiárias e no modelo agrícola foram pouco significativas. No caso do etanol, o governo está repetindo a mesma política agrícola do FHC. Por isso a palavra de ordem do 5º Congresso Nacional do MST, que ocorreu em junho de 2007, foi “Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular”. O encontro reuniu cerca de 18 mil pessoas. O MST debateu o projeto do agronegócio com interferência das transnacionais e discutiu a necessidade da realização da reforma agrária como forma de fazer justiça social.

Segundo dados de 2004 do *site* do MST, existem 350 mil famílias assentadas, 160 mil famílias em acampamentos, que junto com outros lutadores do movimento totalizam cerca de dois milhões de militantes. Há cerca de 160 mil crianças no ensino fundamental, 30 mil jovens e adultos no programa de alfabetização, 750 universitários e 58 jovens estudando medicina em Cuba. Em termos de estrutura, o MST conta com 500 associações de produção, comercialização e serviço; 49 cooperativas agropecuárias, 32 cooperativas de prestação de serviço e 96 pequenas e médias empresas.

O MST é um movimento social que sobrevive graças à sua organização que é bem estruturada e coordenada. A preocupação perpassa por questões regionais até atingir o nível nacional de discussões e decisões. As instâncias organizativas do MST são constituídas de regionais, coordenação estaduais e nacional; que são conduzidas pela direção estadual e nacional. Para politizar e manter o movimento unificado, em que todos compartilhem dos mesmos ideais de lutas da reforma agrária, os sem-terra organizam encontros estaduais e nacionais e o mais importante deles que é o congresso nacional, que geralmente ocorre em Brasília, e define o pensamento político e a palavra de ordem que vai gerir as lutas dos sem-terra nos próximos anos.

Internamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras está organizado em setores que administram a frente de massas, produção, cooperação e meio ambiente, finanças, comunicação, saúde, direitos humanos, gênero, formação e educação. É importante destacar iniciativas como o coletivo de mulheres dentro do MST, que debate ações das mulheres na luta pela terra e seu papel social em encontros internos e eventos externos. Em abril de 2000, em protesto à comemoração do

Brasil 500 anos, foi feita a primeira ocupação só por mulheres, com 70 trabalhadoras sem-terra participando da ação em Engenho de Gutimba (PE). Com isso, a finalidade do MST é “contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais” (MORISSAWA, 2001, p. 211).

A preocupação com o meio ambiente também é muito valorizada. O MST luta contra o latifúndio, a monocultura e o agronegócio que são práticas predatórias do ambiente e que empobrecem o solo. Nos acampamentos e assentamentos os agricultores são estimulados a usar sementes e adubos orgânicos, biofertilizantes e substituir o agrotóxico nas pragas e insetos por caldas, controle biológico e inseticidas naturais.

Como forma de luta e resistência os camponeses realizam ocupações, acampamentos permanentes, marchas por rodovias, ocupação de prédios públicos, acampamentos nas capitais e diante de bancos, jejum, greve de fome, vigílias e manifestações. Tudo isso faz com que o MST seja um movimento sólido e orgânico e consiga manter sua unidade.

No campo político, uma das conquistas mais significativas do MST é a manutenção do tema da reforma agrária na pauta de discussões da sociedade e do Estado, o que ocorreu devido às mobilizações do Movimento como: ocupações, marchas e congressos; aos exemplos de resistência e capacidade de se fazer novas propostas... ‘uma política de visibilidade na sociedade brasileira e no âmbito internacional’ (PIZZETA apud SANCHES e SILVA, 2005, p.29)

O MST se mobiliza na luta contra a concentração da propriedade de terra. Conforme a Organização das Nações Unidas, a ONU, o Brasil é vice-campeão mundial em concentração, atrás somente do Paraguai. Segundo dados da revista *Caros Amigos* Especial Reforma Agrária, os latifúndios acima de 2000 hectares correspondem a 15,6% de todo território brasileiro e pertencem a 26 mil pessoas; 0,015% da população de 170 milhões. A Constituição Brasileira também é um ponto central na luta dos camponeses; já que determina que todas as grandes propriedades que não cumprem sua função social, relativa à produtividade, respeito ao meio ambiente e aos direitos trabalhistas, devem ser desapropriadas e distribuídas aos trabalhadores. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, existem cerca de 55 mil imóveis rurais classificados como grandes propriedades improdutivas, mas muito pouco é feito para a aplicação dos artigos 184 e 186 (STEDILE, 2004).

A história do MST está permeada pelo descaso do governo e é por esse motivo que a luta contra este descaso está no âmago do movimento. No governo FHC, a TV fazia propaganda que 620 mil famílias haviam sido assentadas durante os oito anos de governo. Um censo realizado pela USP, Universidade de São Paulo, constatou que apenas 358 mil famílias foram assentadas na mesma época. Ainda no governo FHC, houve uma campanha televisiva para os sem terra se cadastrarem nos Correios. Cerca de 880 mil famílias foram cadastradas, nenhuma foi assentada por esse sistema. No primeiro mandato de Luis

Inácio Lula da Silva, o governo junto com o MST promoveu um estudo para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária. Comprovou-se que seria possível assentar 1 milhão de famílias em quatro anos. Reduziu-se a meta para 400 mil famílias. Em 2003 foram assentadas 14 mil famílias e em 2004 apenas sete mil famílias (STEDILE, 2004).

As condições dos sem-terra e a violência no campo tornam mais urgente a necessidade de se realizar a reforma agrária. Existem hoje no Brasil cerca de 4,6 milhões de famílias de sem-terra. Duzentas mil dessas famílias vivem em beira de estradas ao longo do país. A maioria dessas famílias passam fome, não tem casa e moram em barracas de plástico, não tem renda, e seus membros são excluídos dos processos educacionais. No que diz respeito à violência no campo, após o fim da ditadura, quando a luta do MST começou, já foram assassinados 1671 trabalhadores rurais em conflitos de terra; além da violência física, os sem terras também sofrem com as agressões verbais, que vão desde xingamentos até a panfletagem contra o movimento (STEDILE, 2004).

Os fundamentos da reforma agrária proposta pelo MST, segundo Amaral (2003), são:

- Democratização da propriedade - desapropriação das grandes propriedades improdutivas.
- Desenvolvimento de núcleos urbanos para aglutinar as famílias e para que elas tenham acesso ao que a sociedade produz: luz elétrica, água potável, posto médico, escolas, enfim, levar condições de cidadania para o campo.
- Levar a agroindústria para o meio rural em forma de cooperativas - isso acarretaria no acréscimo da renda do agricultor e desenvolvimento de mão de obra especializada. Consequentemente haveria aumento na concorrência com os produtos das grandes empresas.
- Casar reforma agrária com educação - levar as escolas para o campo.
- Agricultura orgânica - a reforma agrária deve ser feita com um pacote tecnológico que desenvolva e fomente técnicas agrícolas adaptadas ao meio ambiente, à região, ao tipo de estrutura produtiva que a reforma vai determinar.

Comunicação e movimentos sociais

Uma das funções básicas do jornalismo é de informar e formar os cidadãos, com credibilidade e imparcialidade, mesmo sendo esta última um mito, mas que, de maneira entusista, é ensinado em faculdades. Porém o que acompanhamos no Brasil, muitas vezes, passa longe do utopismo acadêmico. A imparcialidade jornalística é suprimida para atender a outros interesses, os dos donos de veículos e a elite.

Isso acontece porque os meios de comunicação de massa no Brasil sofrem com o oligopólio dos conglomerados familiares. As grandes empresas que dominam a mídia no país são pertencentes às famílias Marinho, Abravanel, Civita, Frias e Saad que controlam

respectivamente a Rede Globo, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), a Editora Abril, a Folha de São Paulo e o Grupo Bandeirantes de Comunicação (Band).

Os meios de comunicação mais penetrantes na sociedade brasileira são monopolizados, atendendo a interesses pessoais e comerciais. Com isso a comunicação fica problemática, pois temos uma única voz falando para o país todo, a voz da elite. Ao trabalhar apenas com um discurso, exclui-se a possibilidade da diversidade cultural tão presente no Brasil. O discurso reproduzido pela mídia é do homem, de cor branca, classe média e com alto poder de consumo. Mulheres, crianças, jovens, idosos, negros e indígenas aparecem como coadjuvantes sociais, nos raros momentos em que são representados pela mídia.

Pensando nessa lógica, logo concluímos que os movimentos sociais são excluídos da comunicação ou, quando inclusos, sofrem com o preconceito da mídia massiva, pois esta luta para manutenção do *status quo*, enquanto os movimentos sociais lutam por mudanças no sistema capitalista:

Determinadas manifestações em defesa da vida adquirem dimensões significativas em nossos dias. Isto pode ser encarado como um despertar de pessoas, de camadas sociais e de povos inteiros para a busca de condições de vidas mais dignas, pautadas pelo desejo de interferir no processo histórico, sua vontade de posicionar-se como sujeito e seus anseios em se realizar-se como espécie humana (PERUZZO, 1998, p.25).

Diante da de desigualdade social e da falta de acesso aos direitos básicos do ser humano, os movimentos sociais se configuram como uma importante bandeira de luta para uma mudança social, como afirma Peruzzo:

Os movimentos ocupam um espaço cujas expectativas e reivindicações os canais vigentes não estavam conseguindo absorver, como aquelas relacionadas às necessidades de moradias, de melhoria e acesso a bens de consumo coletivo, às discriminações raciais e sexuais, às condições gerais da vida. Todavia, no decorrer do processo, também esses vão se fortalecendo como instrumento de luta dos trabalhadores (PERUZZO, 1998, p.54).

Os movimentos sociais no Brasil passaram a se reorganizar, consistentemente, no final da década de 1970, após os duros anos de chumbo da ditadura militar, quando as pessoas se deparam com o não acesso aos seus direitos. Com isso, houve uma tomada de consciência coletiva e organização dos movimentos sociais populares e sindicais. Existem hoje no Brasil, movimentos sociais com grande maturidade em sua organização, como o MST, que apresenta alta capacidade de articulação, conscientização política, é um movimento orgânico.

Retomando a questão da mídia e movimentos sociais, percebemos que a elite não tem intenção nenhuma em apoiar as lutas por mudanças sociais, pois, segundo a lógica capitalista, para haver ricos

deve haver pobres. E é por isso que os meios de comunicação de massa ignoram a existência dos movimentos sociais ou, quando não é possível, atacam com preconceitos e inverdades.

Podemos citar como exemplo alguns casos que aconteceram com o MST. Em maio de 2000, na edição 1648, a capa da *Veja* trazia a seguinte manchete: “A tática da baderna”. Dentro da revista o título era “Sem terra e sem lei”. Segundo Morissawa (2001, p.218), a *Veja* acusa o MST de não querer mais terra, mas implantar, no Brasil, o socialismo tardio.

Ao longo desta matéria, a *Veja* incriminou o MST de invadir repartições públicas, manter servidores do Estado em cárcere privado e danificar bens públicos e propriedades particulares. Depois, um jornalista da própria revista, denunciou, anonimamente, pela internet a negociação entre o secretário da comunicação do governo FHC, Andrea Matarazzo, com editores da *Veja* para a publicação dessa matéria difamatória.

Na edição 2028, mês de outubro de 2007, a *Veja* traz outra matéria contra o MST. Agora criticando o espaço dado dentro das universidades para a educação dos sem-terra. O título da matéria era “Invasão na Universidade”. Mais uma vez, a *Veja* acusa o MST de estar preparando uma revolução. A revista repreendeu a ajuda que o governo está dando para o ensino superior dos sem-terra e denunciou que as disciplinas lecionadas consistem basicamente ensinar Marx, anti-capitalismo e ódio ao agronegócio.

Como saída encontrada para a falta de espaço na mídia, os movimentos sociais fazem uso da comunicação popular e comunitária. Peruzzo (1998, p.125) define esse espaço como “meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. É um canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida”.

Movimentos sociais e comunicação popular e comunitária são essenciais para mudanças sociais. Além de lutar por causas próprias que definem a existência de um movimento social, este também luta para a democratização do poder de comunicar:

Ela [a comunicação comunitária] é um espaço de comunicação democrática, vinculada aos interesses e segmentos subalternos da população, tanto em sua metodologia quanto em sua forma e em seu conteúdo. Isto evidencia-se nos fatos de ela: significar a abertura de novos canais para segmentos sociais sem garantia de acesso aos meios de massivos para expor suas reivindicações; ser portadora de uma nuance democrática por transmitir informações a partir das bases; ser constituída pelo ambiente onde se situa e ajudar a constituí-lo; participar na manifestação dos conflitos entre as classes sociais nos campos dos interesses e da hegemonia; dispor de material (cartilhas, manuais, folhetos) que, em grande parte, apresenta a participação como princípio e aspirações, ao

mesmo tempo em que divulga metodologias para aperfeiçoá-las (PERUZZO, 1998, p.126).

O MST dentro de sua organicidade, além de lutar pelo direito ao acesso à terra, também luta pela democratização da comunicação. Para isso, o MST criou o setor de comunicação responsável por orientar as discussões e encaminhamentos internos e com a sociedade. O principal veículo de comunicação dos sem-terra é o *Jornal Sem Terra*. Mas o uso do rádio em assentamentos e acampamentos é recorrente. O MST também tem um *site*, que é o nosso objeto de análise, a seguir.

O MST na rede

A internet é hoje um importante instrumento da globalização. Ela está em todos os lugares, diminuindo distâncias e cumprindo papéis diversos na sociedade. Segundo Fuser (2004), a internet é, sem dúvida, o elemento mais significativo dessa nova cultura. Para Fuser a rede é a condição de possibilidade do movimento de uma espécie de interconectividade generalizada. Atualmente, a interconectividade é utilizada também pelos movimentos sociais.

Desde a década de 1960, em que a internet foi criada com o propósito de garantir a comunicação militar e estratégica nos Estados Unidos, até a década de 1990, quando a rede começa a ser utilizada no Brasil, a comunicação de empresas e de outras organizações era limitada aos tradicionais meios.

Com os movimentos sociais não era diferente. A comunicação desses movimentos está potencialmente mais abrangente com a internet.

Para Viviani Corrêa Teixeira não se pode negar o fato que os movimentos sociais obtiveram ganhos com a internet, pois grupos que, antes do advento da internet, só se comunicavam localmente, agora, na era da informação textual digital, estão tendo alcance imensurável⁴.

É o que acontece com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que através de seu *site* (www.mst.org.br), amplia sua notoriedade e abre um canal direto de comunicação seja com os integrantes do movimento de diversas regiões do país, seja com seus apoiadores ou com a sociedade em geral.

O *site* do MST apresenta a história do movimento, sua ideologia e as notícias relacionadas a eles, contadas por eles mesmos. Na parte inicial do *site* vê-se o brasão do movimento (uma mulher e um homem, segurando uma faca, dentro do mapa do Brasil, com os dizeres: “movimento dos trabalhadores rurais sem terra, Brasil”).

⁴ É certo que o acesso, no país, ainda é restrito e, portanto, para a comunicação interna de movimentos, outros meios (como o rádio) muitas vezes têm melhor aproveitamento. Entretanto entendemos o potencial da internet para a comunicação externa dos movimentos, ou seja, sua comunicação com a sociedade.

Composição do site:

A página está dividida nos seguintes links: inicial, quem somos, biblioteca, mural, campanhas, indicamos, loja da reforma agrária, fale conosco. Há também um espaço para pesquisas.

Inicial: temos nesse espaço as notícias mais recentes sobre o MST, por exemplo⁵:

Ministro da Educação recebe "mochila de reivindicações" do MST (18/06/2007).

Sem Terrinha reivindicam melhorias na infra-estrutura das escolas e no transporte escolar, programas de capacitação de educadores e aumento de recursos para o Pronex. As reivindicações foram feitas na manhã dessa sexta-feira, durante visita do ministro da Educação, Fernando Haddad, ao acampamento do 5º Congresso (15/06/2007). Movimento Sem Terra recebe apoio do Exército Zapatista (15/06/2007).

Subcomandante Marcos, porta-voz do movimento, envia saudação ao 5º Congresso do MST. "O MST e Zapatistas tem o mesmo destino: "o de liberdade e da justiça para nossa terra", dizem os zapatistas no documento ao MS" (15/06/2007).

Marcha do MST denuncia imperialismo e imobilidade da Reforma Agrária (15/06/2007).

Os 18 mil participantes fizeram do penúltimo dia do Congresso um momento para protestar contra o imperialismo e denunciar o fato de que os três poderes brasileiros emperram a Reforma Agrária. A marcha percorreu sete quilômetros pela capital federal (14/06/2007).

Biblioteca: encontramos aqui charges, cartazes, entrevistas, fotos, livros, dados, histórias de lutadores e lutadoras do povo, textos e vídeos. As charges contêm os posicionamentos políticos e ideológicos do movimento, há charges de crítica ao presidente Bush, aos latifúndios, entre outras. Os cartazes indicam os eventos promovidos pelos trabalhadores sem-terra. Nos dados temos acesso aos números de prisões e de acampamento e assentamentos. Nas entrevistas há assuntos que vão da reforma agrária a diminuição da maioria penal. Nas fotos são registrados os eventos do movimento. Em livros temos sugestões de obras relacionadas ao movimento. Os vídeos mostram momentos relevantes da trajetória de luta do MST.

Mural: é o espaço para os internautas deixarem seus recados e opiniões sobre o movimento, tais como:

Olá companheiros e companheiras, sou uma admiradora da luta pela terra, em especial do MST, pois acredito que só teremos dignidade com reforma agrária. Pois não é justo um país com uma extensão de terra tão grande e tanta gente passando fome, criança

⁵ Todas as citações a seguir, em recuo, são do site do MST, no ar no dia 18/06/2007.

fora da escola, enfim terra é dignidade à família. Um abraço a todos.

(Julia bjos 01/05/07)

O movimento em si e sua audácia trazem para o povo brasileiro um espírito guerreiro, e de reivindicação para que não aceitemos de forma passiva tudo que nos é imposto, essa atitude esboçada pelo MST é uma das poucas resistências no Brasil, para nosso crescimento precisamos de mais opiniões libertárias como essas... ou é agora ou nunca.

(Daniel, 01/05/07)

Campanhas: **aparecem** nesse *link* os temas abordados e defendidos pelo movimento e explicações sobre eles. Como exemplo: Massacre de Eldorado dos Carajás (1996-2006) - As castanheiras lembram. E você?

Indicamos: são dadas sugestões culturais que vão de livros a espetáculos teatrais.

Loja da Reforma Agrária: espaço de venda de produtos que retratam a ideologia do MST e contribuem para a luta pela reforma agrária.

Fale conosco: é um canal de comunicação com o movimento, em que qualquer internauta pode deixar recados e opiniões sobre o movimento. Essa parte do *site* segue a tendência da interatividade.

Análise

Apesar de, na ocasião da pesquisa, o *site* do MST estar um tanto desatualizado, talvez em virtude do congresso dos trabalhadores rurais sem-terra que ocorria quase simultaneamente, esse é um importante veículo de comunicação horizontalizada.

Através do *site* os princípios e propostas do MST são disseminados e o movimento chega a mais pessoas ganhando, portanto, mais apoio e respeito ou, simplesmente, tornando-se mais conhecido. Portanto, o MST apresenta para toda sociedade a sua versão, sem preconceitos, reafirmando a identidade do movimento.

Universidade e movimentos sociais

A universidade se configura, hoje, como um dos poucos espaços de debate e reflexão, onde se encontram os intelectuais. É o ambiente onde se acredita na esquerda, nas lutas sociais e numa melhora do Brasil. É verdade também que dentro das universidades existem pessoas de direita, centro, reacionárias, enfim uma diversidade de crenças e ideologias, porém o mais importante é a troca e a aprendizagem que ocorre. O pensamento é o centro da questão.

É um compromisso dos pensadores com o povo; não basta apenas apontar-lhes os meios, mas atuar juntos na empreitada de melhorar a sociedade. Isso seria uma forma de retribuir à sociedade a chance de se

estar estudando ou trabalhando numa universidade pública. Porém o que não pode acontecer, segundo Leonardo Boff (2000 p.88-89) é “as universidades, onde se formam os intelectuais, não podem ser reduzidas a macroaparelhos de reprodução da sociedade discricionária e as fábricas formadoras de quadros para o funcionamento do sistema imperante”.

Uma parceria positiva seria da universidade e movimentos sociais, que atualmente apresentam maior embasamento teórico em suas lutas e organização. Podemos citar como exemplo nosso objeto de estudo, o MST. Como vimos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresenta uma complexa rede de encontros e congressos, setores administrativos em várias áreas (saúde, comunicação, direitos humanos) e um sistema educacional nos acampamentos e assentamentos que, além das disciplinas básicas, ensina conteúdos que condizem com a realidade dos sem-terra, como história do MST e ecologia.

É a partir dessas experiências dentro dos movimentos sociais que deveria ocorrer a troca. Essas práticas seriam levadas às universidades, e estas retribuiriam com pensamento acadêmico, pesquisas, tecnologia e algo mais que pudesse acrescentar na luta dos movimentos sociais:

As universidades são urgidadas a assumir este desafio: as várias faculdades, institutos e programas buscarão um enraizamento orgânico nas periferias, nas bases populares e nos setores ligados diretamente à produção dos meios de vida. Aqui pode se estabelecer uma fecunda troca de saberes, entre o saber popular e o saber acadêmico, pode se elaborar a definição de novas temáticas teóricas nascidas do confronto da anti-realidade popular e valorizar a riqueza incomensurável de nosso povo na sua capacidade de encontrar, sozinho, saídas para os seus problemas (BOFF, 2000, p.90-91).

Temos que ressaltar que não apenas os movimentos sociais ganham com a parceria, a universidade também enriquece seu corpo teórico com a experiência popular, que muitas vezes são esquecidas pelos intelectuais. E por que não dizer que o país se fortalece como afirma Boff:

Tanto os mestres como os alunos devem freqüentar a escola do povo como permitir que a gente do povo possa entrar na universidade como quem visita a casa de seus amigos e aliados e aí participar da discussão daquilo que interessa a todos e construir coletivamente uma perspectiva de um Brasil feito por todos (BOFF, 2000, p.91-92).

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) junto com o MST realiza essa experiência através de um curso de pós-graduação *latu-sensu* oferecido pela Faculdade de Serviço Social aos integrantes do movimento.

A parceria entre a Faculdade de Serviço Social da UFJF e a Escola Florestan Fernandes

De acordo com o artigo *A parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: A experiência e a produção de conhecimento do curso de Especialização em Estudos LatinoAmericanos*, escrito por Cristina Bezerra, Mônica Grossi e Adelar João Pizetta, a parceria entre a Faculdade de Serviço Social da UFJF e a Escola Florestan Fernandes teve início no ano de 1999⁶.

Segundo os autores, tudo começou quando passou pela cidade de Juiz de Fora, a Marcha Popular pelo Brasil. Em audiência com a então reitora da UFJF, Margarida Salomão, lideranças dos movimentos que compunham a Marcha propuseram que a Universidade estabelecesse parcerias com a Escola Nacional Florestan Fernandes para a realização de cursos que tivessem como público alvo a população do meio rural, historicamente excluída da maioria das políticas públicas e, conseqüentemente, do ensino superior. Naquela ocasião, segundo Bezerra, Grossi e Pizetta, a resposta da Reitoria foi positiva, e, posteriormente, a Faculdade de Serviço Social foi convidada a coordenar estes trabalhos. Deste primeiro contato, nasceu o Projeto de Extensão Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural.

Tal projeto de extensão foi um curso de âmbito regional, que tinha o objetivo de iniciar, no interior do MST, a formação política de jovens da Região Sudeste, além dos estados da Bahia e do Mato Grosso. Esse curso, realizado no período de 14 a 23 de julho de 2000, contou com a participação de aproximadamente 320 jovens, e foi desenvolvido por professores de diversas instituições de ensino superior do Brasil e por outros assessores dos movimentos sociais no campo.

A programação incluía temáticas que tinham o objetivo de despertar nos jovens presentes o conhecimento acerca de nossa formação política e de problematizar questões pertinentes a esta faixa etária, tais como drogas, sexualidade, gênero, etc. A avaliação positiva dessa primeira parceria, tanto por parte da UFJF quanto do MST, fez com que novas propostas surgissem para dar continuidade a esta formação política do meio rural.

Em janeiro de 2001, a Escola Nacional Florestan Fernandes apresentou à UFJF uma outra proposta de curso de extensão, voltado para problematizar novamente a realidade brasileira. Dessa intenção, foi elaborado o projeto *A Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros*.

Bezerra, Grossi e Pizetta (2007) explicam que este segundo projeto de extensão, desenvolvido em parceria com o MST, representava, na verdade, uma proposta mais ampla em todos os sentidos. Isso porque o curso pretendia se constituir como uma abordagem dos diversos aspectos

⁶ Esse artigo pode ser encontrado na revista *Libertas*, da Faculdade de Serviço Social da UFJF, no site www.revistalibertas.ufjf.br/edicao_especial.htm

da realidade brasileira, numa perspectiva histórica e contemporânea, analisando-a a partir dos grandes pensadores brasileiros, permitindo, assim, refletir sobre o destino e os rumos do país. Iniciado num momento de grande ofensiva neoliberal do Governo Fernando Henrique, representava, para o MST e também para a UFJF, uma possibilidade de se debater criticamente as alternativas para o quadro político que vivenciávamos. Tinha como meta atender a um público de 100 alunos, oriundos de todo o país, entre militantes e lideranças que atuassem nos movimentos sociais do meio rural. Os participantes seriam selecionados pela Escola Nacional Florestan Fernandes e deveriam ter, preferencialmente, segundo grau completo e estar atuando na área de formação dos movimentos.

O curso foi realizado em quatro módulos de aproximadamente 15 dias cada um, aproveitando o período de férias da UFJF. Contou com a presença de 78 alunos, oriundos de oito movimentos sociais no campo, que deram à turma o nome de Milton Santos. Os temas trabalhados foram: formação econômica, étnica e cultural do Brasil, território e sociedade brasileira, a formação das classes sociais, a questão agrária e a construção de um projeto nacional para o Brasil, dentre outros.

Avaliações periódicas demonstravam que o curso atingia seus objetivos, garantindo uma maior maturidade política e qualificando as ações destes militantes. Destacava-se o fortalecimento das organizações a partir do curso, o nível qualificado das assessorias e a importância do desafio de realizar um trabalho de conclusão de curso que problematizasse questões específicas dos movimentos. Um outro elemento positivo foi a decisão de regionalizar o curso, ou seja, os participantes desta turma nacional iriam buscar parcerias com outras universidades de suas regiões para socializar as discussões realizadas em Juiz de Fora. Desta iniciativa, nasceu a parceria com cinco universidades brasileiras, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade de Chapecó e Universidade Católica de Goiás, que, a partir do primeiro semestre de 2003, começaram a realizar cursos nos mesmos moldes que este para outros 500 alunos.

A iniciativa de se desenvolver um Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos veio no sentido de entender e fortalecer os processos históricos na América Latina, suas contradições e superações possíveis, buscando caminhos para uma integração soberana, que respeite a autodeterminação dos povos e a cultura histórica que lhes são próprias, assim como suas riquezas materiais.

Na perspectiva de construção e de fortalecimento de um pensamento histórico, o curso buscou capacitar os militantes dos movimentos ligados à Via Campesina no sentido de desenvolver lutas de resistência com proposições globais que tivessem como meta entender, discutir e agir a partir de uma matriz histórica latino-americana. Para isso, tinha como proposta recuperar o pensamento de intelectuais e militantes latino-americanos, tais como Simon Bolívar, José Martí, Che Guevara,

Mariategui e tantos outros que tinham como expectativa a construção da “Grande Pátria Latino Americana”, atualizando-a a partir da articulação dos movimentos sociais e das lutas dos camponeses no mundo, que são afetados pelas políticas da OMC (Organização Mundial do Comércio) e das grandes empresas transacionais.

A proposição do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos esteve aliada, portanto, com o compromisso de fortalecer a postura democrática e progressista da Universidade Federal de Juiz de Fora. Dentre os objetivos aos quais o Curso se propunha, destacamos:

- Elevar o nível de conhecimentos, bem como a escolarização de educadores e dirigentes populares que já possuem um curso superior e que estão atuando nos diferentes movimentos populares e sociais, qualificando suas práticas.
- Possibilitar um maior intercâmbio entre educadores/dirigentes de movimentos sociais do Brasil, da América Latina e da própria Universidade, trocando experiências, interpretações e elaboração sobre essa realidade a ser estudada e transformada.

Os alunos estão vinculados a diversas organizações rurais e urbanas situadas em três países da América Latina. Do Brasil, participaram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Consulta Popular, Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FEAB) e Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP). Tivemos ainda a participação do Movimento Campesino Paraguaio (MCP) e da Coordenadoria Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI), oriundos do Paraguai, e da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI), do Chile.

O curso foi desenvolvido em cinco etapas, nos períodos de férias da UFJF, entre junho de 2003 e agosto de 2005. Foi organizado em 15 disciplinas, ministradas por professores e assessores de todo o Brasil e da América Latina, através de trabalho voluntário. Ao final do curso foram elaboradas 37 monografias, cujo processo de elaboração e de avaliação foi, mais uma vez, um momento de socialização de conhecimentos e de afirmação das grandes questões relacionadas às lutas sociais na América Latina e aos desafios postos às organizações populares no continente.

Segundo a professora Mônica Grossi⁷, a intenção era de promover uma integração dos militantes com a universidade e, especialmente, com a Faculdade de Serviço Social. Mas, ela explica que:

⁷ Entrevista feita por Fernanda Coelho, em 10 de junho de 2007.

Na universidade como todo, houve manifestações de preconceito como pixações com a frase 'Fora MST'. Isso era esperado, já que a universidade representa a sociedade como um todo e, o MST sempre enfrentou muitos conflitos. Eles não sofriam com isso, estão acostumados com conflitos muito maiores”(GROSSI, 2007).

As monografias redigidas pelos participantes dos cursos estão disponíveis na faculdade de Serviço Social da UFJF. Destaca-se, neste curso, a produção, a apresentação e os debates dos trabalhos de conclusão elaborados pelos alunos. Divididos em cinco áreas temáticas, Gênero e Cultura, Questão Agrária e Agricultura, Questão Urbana, Educação e Formação e História. Avaliados por professores da UFJF e por lideranças dos movimentos sociais, os 61 trabalhos revelaram diversos e significativos aspectos da realidade brasileira, representando uma relevante produção de conhecimentos que foi de extrema importância tanto para o cotidiano dos movimentos sociais quanto para a UFJF.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, refletimos sobre o MST nos *mass media* e o *site* da entidade pensando na sua comunicação e sua importância para a identidade e visibilidade dos sem-terra. Podemos concluir que, de uma maneira geral, através da comparação entre a revista *Veja* e o site da entidade, os *mass media* reproduzem interesses econômicos em suas matérias, além de embutir de preconceitos e mentiras fatos relacionados aos movimentos sociais.

Em contraponto, o MST se apropria de veículos de comunicação de grande alcance, como a internet, para apresentar uma outra versão do movimento, demonstrando suas ideologias, estruturas e organizações. Também apresentando os fatos, que envolve o MST, sobre outra perspectiva, que não dos meios hegemônicos.

Além disso, reflexão se estendeu a função social das Universidades e seu compromisso com a troca entre o pensamento acadêmico e o saber popular. E por que não uma parceria entre a Universidade e os movimentos sociais. Para comprovar essa possibilidade, foi relatada a experiência entre a Faculdade de Serviço Social da UFJF com o MST, através de um programa de pós-graduação, que além de propiciar essa troca, ressaltada por Leonardo Boff, oferece uma educação com novos parâmetros, voltada para interesses do movimento e contra-hegemônica.

Abstract: This article aims at doing a reflection on social movements and their relation to communication media and to the university, focusing the Landless Rural Workers Movement (MST- in Portuguese). Firstly is made a brief historical account of land dispute in Brazil until the MST foundation. Afterwards it is described the way the movement is organized and how it acts in their fights. The main landless fight's objectives are presented. The second part of this article is addressed to think on mass communication and how it represents the social

movements. By contrast a MST communication vehicle is analyzed: the MST site. At the article's end some questions about the universities' duty to society and how it should occur are aroused. As an experience of this university's commitment, the Social Service College work at Federal University of Juiz de Fora is related.

Key words: communication; identity; social movements; MST; university.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Marina. A proposta do MST. **Caros Amigos Especial**. São Paulo, nº 18, set., 2003.

BEZERRA, Cristina Simões; GROSSI, Mônica Aparecida Rodrigues e PIZETTA, Adelar João. **A parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes-MST: A experiência e a produção do conhecimento do curso de Especialização em Estudos LatinoAmericano**. 2007. Acessado em www.revistalibertas.ufjf.br/edicao_especial.htm. Pesquisa em 10 de junho de 2007.

AQUINO, Maria Clara Jobst de. **A internet e a comunicação empresarial: um estudo da importância da presença das empresas na rede**. CONVICOM, 2003.

BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos: Que Brasil queremos?** Petrópolis: Vozes, 2000.

FUSER, Bruno. Sociedade em rede: perspectivas de poder no espaço virtual. **Extraprensa**, São Paulo, v. VIII, n. 1, p. 38-44, 2004.

GROSSI, Mônica Aparecida Rodrigues. Entrevista para este trabalho feito por Fernanda Coelho, por telefone, em 10/06/07.

MORISSAWA, Mitsue. **A história de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PEREIRA, Camila. Invasão na Universidade. **Veja**. Editora Abril, edição 2028, ano 40, nº 39, out., 2007.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANCHES, Eliana F. e SILVA, Silviane G. Delgado. **MST: Um movimento educativo**. Juiz de Fora, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora.

STEDILE, João Pedro. Por que os sem-terras se mobilizam. **Caros Amigos**. São Paulo, ano VIII, nº 86, p.16, maio, 2004.

TEIXEIRA, Viviani Corrêa. **A contribuição da Internet para os movimentos sociais e redes de movimentos sociais e o caso do Movimento Internacional Pela Adoção ao Software Livre**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia de 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais - NPMS ISSN 697.

Internet:

www.mst.org.br. Acessado em 25 de julho de 2007.